



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ÁDRIA RODRIGUES DA PAIXÃO
GLAYDY KELLY DOS SANTOS OLIVEIRA

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE” EM
ARACAJU/SE

São Cristóvão/SE

2016

ÁDRIA RODRIGUES DA PAIXÃO
GLAYDY KELLY DOS SANTOS OLIVEIRA

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE” EM
ARACAJU/SE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Sergipe como
exigência parcial à obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social, sob orientação da
Profª Drª Maria Cecília Tavares Leite.

SÃO CRISTOVÃO/SE

2016

ÁDRIA RODRIGUES DA PAIXÃO
GLAYDY KELLY DOS SANTOS OLIVEIRA

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A COMUNIDADE” EM
ARACAJU/SE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Sergipe como
exigência parcial à obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: ____/____/____

Prof^ª. Dr^ª. Maria Cecília Tavares Leite (DSS/ UFS)
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves (DSS/UFS)
Primeira Examinadora

Vilma Teixeira Bastos (Coord. do CREAS Viver Legal)
Segunda Examinadora

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as vitórias que tem sido alcançada em minha vida.

A meus pais que foram a melhor base de formação pessoal e moral que poderia ter, a meu pai Lourival (em memória) e minha mãe Nancy exemplos de dedicação e amor, os quais serei eternamente grata por me preparar para a vida e fazer de mim a pessoa que sou hoje.

A meu filho Anthony razão de minha vida a quem dedico todo esforço durante o período de formação acadêmica, sendo o responsável por me fazer buscar superar todos os obstáculos enfrentados.

A meus irmãos Adriana e Lourival Jr que sempre me incentivaram a continuar com esse sonho me apoiando em momentos que a dúvida chegava devido as dificuldades enfrentadas na vida pessoal e acadêmica.

A meu esposo Edglebson pelo apoio, pela paciência todas as vezes que deixei de lhe dar atenção devido atribuições acadêmicas, sempre me encorajando a continuar e compreendendo a minha ausência em alguns momentos importantes nesse período.

As amigas Marquise e Katia pela amizade que construímos durante o período de preparação para ingressar na Universidade, mas que vai durar para sempre onde a vitória de uma é comemorada como a vitória de todas.

A amiga Glady, que conheci na Universidade e que nos tornamos grandes amigas e parceiras de caminhada nessa etapa da vida, a qual sempre pude contar e dividir minhas angustias e vitórias, tendo certeza que não poderia ter encontrado parceira melhor para esse momento tão importante de nossa formação, pois sem você não conseguiria.

A professora Maria Cecilia Tavares Leite pelos ensinamentos e orientações imprescindíveis para a construção desse trabalho.

Por fim, a todos os amigos que fazem parte de minha vida e compartilham com a minha alegria por mais essa conquista.

Ádria Rodrigues da Paixão

AGRADECIMENTOS

A minha Orientadora, Prof^a Dra. Maria Cecília Tavares Leite, pelas contribuições ao Trabalho de Conclusão de Curso e ter acreditado em nosso potencial e trabalho.

A Banca Examinadora, Prof^a Dra. Maria da Conceição Gonçalves e Vilma Teixeira Bastos, pela disponibilidade em indagar, sugerir, questionar e contribuir.

Aos meus amigos da Universidade, em especial a Aline e a Andréia, pela troca de informações, sugestões durante a nossa vivência acadêmica enquanto estudantes em processo de formação profissional e pelo apoio de cada um durante este processo.

Ao CREAS Viver Legal, que facilitou a realização da nossa pesquisa, em especial a Vilma Bastos, que abriu as portas e acreditou na pesquisa.

A minha família, especialmente a meus pais Hilda e Edelmo, aos irmãos, sobrinha, esposo, sogra, cunhadas e a minha tia Ivanete, que confiaram no meu trabalho e me ajudaram a chegar até aqui.

A minha amiga, Ádria e a minha amiga Hilda, minha mãe, que me apoiaram nos momentos mais difíceis durante esta caminhada, dividindo comigo as incertezas, as angústias, os medos.

A meu Prof^o Carlos Eduardo Azevedo, do ensino médio, que foi um dos grandes incentivadores para eu estar onde estou, conquistando meu sonho e meus objetivos de se tornar uma assistente social.

A meu grupo de amigos desde o colégio até os dias de hoje, universidade, vida pessoal pelas conversas contributivas e pela amizade de todos.

Glady Kelly dos Santos Oliveira

Ir mais além.

Vencer um desafio,
Procurar a superação,
Escapar por um fio,
E torna-se campeão,
Supera-se em cada gesto,
Conquistar o infinito,
Ir mais além do que o certo,
Ultrapassar o mais bonito,
Ir além da superação
E conquistar o impossível,
Ir além da imaginação
Para vencer o invencível.

Rômulo Raulino

RESUMO

O trabalho elege como tema “Medida Socioeducativa Prestação de Serviço à Comunidade - PSC”, surgiu a partir de questionamentos sobre as políticas sociais que abordam os direitos dos adolescentes que estão em cumprimento da medida Socioeducativa Prestação de Serviço à Comunidade. Tem como objetivo geral analisar o processo de operacionalização da Medida Socioeducativa Prestação de Serviço à Comunidade -PSC em Aracaju. Os objetivos específicos foram: caracterizar a natureza e objetivos das instituições onde os adolescentes em conflito com a lei desenvolvem a Medida PSC; apreender o papel pedagógico existente na operacionalização dessa medida e identificar a avaliação da equipe profissional sobre a sua operacionalização. Caracteriza-se como de abordagem qualitativa, do tipo exploratória descritiva e utilizou as pesquisas documental, bibliográfica e de campo. O campo empírico foi o CREAS Viver Legal, em Aracaju, único serviço a operacionalizar essa medida no momento da coleta de dados. Os sujeitos da pesquisa foram os trabalhadores desse serviço, cuja amostra foi definida de forma aleatória, por acessibilidade e consistiu em 3 (três) profissionais. A categorização, organização e análise dos dados resultou na estruturação desse trabalho em 3 (três) capítulos, além da introdução, conclusão e referências. Os dados revelam que o maior número de adolescente que cumprem a PSC é formado por adolescentes do sexo masculino, sendo que não apresenta um elevado número de reincidência. Nesse trabalho é exposta a avaliação de profissionais que atuam na instituição sobre a eficácia da PSC na reinserção do adolescente a vida social, com a constatação que a operacionalização dessa medida não acontece de acordo com o que está preconizado na legislação, pois consideram que fatores como burocracia na execução das ações e a falta de responsabilidade social das instituições e da sociedade acaba se tornando empecilhos nesse processo de ressocialização.

Palavras-chave: Adolescente em conflito com a lei. ECA. SINASE. Medida Socioeducativa PSC.

RÉSUMÉ

Le papier choisit le thème «Service Socio-Mesure de livraison à la Communauté - PSC», se pose des questions sur les politiques sociales qui tiennent compte des droits des adolescents qui sont en conformité avec la mesure service Socioéducative livraison à la Communauté. Il a pour objectif général d'analyser le processus de mise en œuvre du service socio-mesure Livraison à -PSC communautaire à Aracaju. Les objectifs spécifiques étaient de caractériser la nature et les objectifs des institutions où les adolescents en conflit avec la loi développent mesure CFP; saisir le rôle pédagogique existant dans la mise en œuvre de cette mesure et d'identifier l'évaluation du personnel professionnel sur son fonctionnement. Il se caractérise par une approche qualitative, exploratoire descriptive et a utilisé la recherche documentaire, bibliographique et sur le terrain. Le champ empirique a été CREAS Living Cool, à Aracaju, service unique pour opérationnaliser cette mesure au moment de la collecte des données. Les sujets de l'étude étaient des employés de ce service, dont l'échantillon a été défini de façon aléatoire, l'accessibilité et se composait de trois (3) professionnelle. La catégorisation, l'organisation et l'analyse des données ont abouti à la structuration de cette œuvre dans trois (3) chapitres, outre l'introduction, la conclusion et les références. Les données montrent que le plus grand nombre d'adolescents qui répondent à la CFP est formé par des adolescents de sexe masculin, qui ne disposent pas d'un nombre élevé de récidive. Dans cette étude, est exposée à l'évaluation des professionnels travaillant dans l'institution sur l'efficacité de la CFP dans la vie sociale de la réadaptation des adolescents, à la conclusion que la mise en œuvre de cette mesure ne se fait pas en fonction de ce qui est recommandé dans la loi, car ils tiennent compte de facteurs tels que la bureaucratie dans la mise en œuvre des actions et le manque de responsabilité sociale des institutions et de la société finit par devenir des obstacles dans ce processus de réhabilitation.

Mots-clés: Les adolescents en conflit avec la loi. ECA. SINASE. Mesurer Socioéducative PSC.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Adolescentes que cumpriram a Medida Socioeducativa PSC no CREAS Viver legal em 2013.....	38
Gráfico 2: Faixa Etária dos adolescentes.....	39
Gráfico 3.1: Nível de reincidência de adolescentes e o percentual sexo	40

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CEDECA - Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social;
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social;
CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social;
DOU - Diário Oficial da União;
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente;
FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social;
FNCA - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente;
FUNABEM - Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor;
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social;
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua;
NOB - Norma Operacional Básica;
ONU - Organização das Nações Unidas;
PNAS - Política Nacional de Assistência Social;
PNBEM - Política Nacional de Bem-Estar do Menor;
PSC - Prestação de Serviço à Comunidade;
SAM - Serviço de Assistência ao Menor;
SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos;
SEMASC - Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania;
SGD - Sistema Gestor de Desempenho;
SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo;
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social;
SPDCA - Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente;
SUAS - Sistema Único da Assistência Social;
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PRIMEIRO CAPÍTULO: Direitos dos Adolescentes no Brasil: trajetória histórica	17
2.1	Contexto histórico de surgimento das medidas de “proteção ao menor”: 1930 a 1964.....	17
2.2	Contexto histórico de Surgimento das medidas de “proteção ao menor”: de 1964 a 1988	18
3	SEGUNDO CAPÍTULO: O contexto atual e o paradigma da Proteção Integral ...	25
3.1	Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE	25
3.2	Medida Socioeducativa Prestação de Serviço a Comunidade: processo de implantação e objetivos.....	30
4	TERCEIRO CAPÍTULO: Medidas Socioeducativas no CREAS Viver Legal: a fala dos trabalhadores.....	35
4.1	O cenário e os sujeitos da pesquisa: CREAS Viver Legal, os adolescentes e trabalhadores.....	35
4.1.1	CREAS Viver Legal	35
4.1.2	Perfil dos adolescentes que cumpriram a Medida Socioeducativa – PSC no CREAS Viver Legal em 2013.....	37
4.1.3	Reincidência dos adolescentes em conflito com a Lei no ano de 2013	40
4.2	A Fala dos Trabalhadores: avaliação sobre a operacionalização das medidas socioeducativas em Meio Aberto	41
5	CONCLUSÃO	47
	REFERÊNCIAS	50
	APÊNDICE	55

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surgiu a partir de questionamentos das pesquisadoras sobre as políticas sociais que viabilizam os direitos de crianças e adolescentes construídas nas últimas décadas e como elas estão sendo operacionalizadas, mais especificamente sobre as que versam sobre os direitos dos adolescentes que estão em conflito com a lei e que estão em cumprimento da medida Socioeducativa Prestação de Serviço à Comunidade - PSC.

A relevância de pesquisas e estudos que tratam sobre esse tema justifica-se devido ao quadro atual de violência urbana que envolve cada vez mais crianças e adolescentes e criminalizam simploriamente esses sujeitos, um cenário complexo tendo em vista a legislação de proteção a esse segmento populacional, no sentido de resguardar a proteção integral para crianças e adolescentes, mas que também apresenta crescente quantitativo de atos infracionais praticados por eles, haja vista que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no art. 103, define o ato infracional como contravenção ou crime e que, perante a lei, o adolescente é responsável a partir dos 12 anos.

Sobre a operacionalização da Medida Socioeducativa PSC, questionamos se ela é caracterizada como um processo educativo, premente de mediações pedagógicas capazes de promoverem o desenvolvimento integral desses adolescentes. Ademais, tendo em vista também o contexto atual de orientação das políticas sociais pelos princípios neoliberais, quando o estado interventor tem suas funções sociais encolhidas e direitos sociais são desconstruídos, questionamos também se a aplicação dessa medida vem ocorrendo tal como preconiza o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE e qual a avaliação da equipe profissional que operacionaliza essa política sobre esse processo.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar o processo de operacionalização da Medida Socioeducativa Prestação de Serviço à Comunidade - PSC em Aracaju. Como objetivos específicos definimos: caracterizar a natureza e objetivos das instituições onde os adolescentes em conflito com a lei desenvolvem a Medida PSC em Aracaju; apreender o papel pedagógico existente na operacionalização dessa medida em Aracaju e identificar a avaliação da equipe profissional sobre a operacionalização da Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade neste município.

O campo empírico da pesquisa foi o CREAS Viver Legal, instituição vinculada a Prefeitura Municipal de Aracaju através da Secretaria Municipal da Família e de Assistência Social e Cidadania - SEMASC, a única neste município que, durante o período da coleta de dados acolhia adolescentes que infringem a lei e são encaminhados pela Vara da Infância e

Juventude – 17º Vara para cumprirem medidas socioeducativas, sempre levando em consideração à natureza do ato infracional cometido, a história do adolescente e seu contexto familiar e comunitário, buscando uma forma de inseri-lo no meio social.

Elegemos como método analítico da pesquisa o método materialista dialético, haja vista que nela foram abordadas as conformações sócio históricas do tema, sempre na perspectiva de conceber o adolescente em conflito com a lei enquanto ser social e por considerar que “O método dialético penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade” (LAKATOS, 2003, p.105).

Afirmamos que a natureza da pesquisa é qualitativa, especialmente por considerarmos, conforme anuncia Minayo (2007), que as metodologias qualitativas são as capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, relações, estruturas sociais, sendo estas compreendidas como construções humanas significativas.

Essa também é uma pesquisa exploratória-descritiva haja vista que, apesar do quantitativo de pesquisas existentes sobre esse tema, essa é a primeira vez que nos debruçamos com maior acuidade sobre ele e ainda não nos consideramos aptas a construir explicações sobre os processos observados. Segundo Gil (2010) uma pesquisa exploratória tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses e possibilita a descrição das características de determinada população, que utilizará como recurso a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo.

Na operacionalização desenvolvemos pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, através das quais delimitamos o nosso aporte teórico, conformamos o tema e levantamos informações sobre os adolescentes. Segundo Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Quanto à pesquisa documental, esse autor, na mesma obra, afirma que ela é utilizada em praticamente todas as ciências sociais.

Aconteceu também a pesquisa empírica, no CREAS Viver Legal, única instituição que operacionalizava a medida socioeducativa “Prestação de Serviço à Comunidade” em Aracaju no momento da coleta de dados, como afirmamos anteriormente, quando entrevistamos 3 (três) profissionais da equipe técnica, com o objetivo de identificar se esse processo tem, efetivamente, caráter pedagógico como está previsto no SINASE, ou não.

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 169), a “pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o

qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

O universo da pesquisa foi constituído pelos profissionais que atuam no CREAS Viver Legal, mais precisamente aqueles que trabalham diretamente com os adolescentes em cumprimento da Medida Socioeducativa Prestação de Serviço à Comunidade, que compõe uma equipe técnica formada por 3 (três) assistentes sociais, 3 (três) psicólogos, 2 (dois) educadores e 1 (uma) coordenadora.

A amostra da pesquisa foi composta por três profissionais, escolhidos pela acessibilidade e disponibilidade. Assim, foram entrevistados dois assistentes sociais e um educador social. Salientamos também que foram utilizados nomes fictícios como forma de preservar a identidade dos profissionais entrevistados.

A coleta dos dados primários ocorreu, então, através de entrevistas semiestruturadas, com os profissionais que compõem a equipe técnica do CREAS Viver Legal, após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. As entrevistas tiveram duração média de 30 minutos, foram gravadas, transcritas e analisadas pelas pesquisadoras, respeitados todos os quesitos éticos exigidos.

A opção pela técnica de entrevista semiestruturada se deu em função de proporcionar ao entrevistador melhor entendimento e captação da perspectiva dos entrevistados, pois as entrevistas livres, ou seja, totalmente sem estrutura, onde os participantes da pesquisa falam livremente, resultam num acúmulo de informações difíceis de analisar que, muitas vezes, não oferecem visão clara da perspectiva do entrevistado. (SILVA, 2010, p.159 apud ROESCH, 1999)

Após os dados coletados, os mesmos foram organizados e categorizados através do método da análise de conteúdo, considerando que:

A análise de conteúdo atualmente pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdo (verbais ou não verbais). Quanto a interpretação, a análise de conteúdo transita entre dois polos: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. É uma técnica refinada, que exige do pesquisador, disciplina, dedicação, paciência e tempo. Faz-se necessário também, certo grau de intuição, imaginação e criatividade, sobretudo na definição das categorias de análise. Jamais esquecendo, do rigor e da ética, que são fatores essenciais. (SILVA, 2010 apud FREITAS, CUNHA, & MOSCAROLA, 1997, p. 3)

A entrevista aconteceu em local reservado, o que permitiu aos entrevistados a privacidade necessária para garantir o sigilo das informações e liberdade para as respostas, uma vez esclarecido sobre o anonimato dos sujeitos entrevistados e todo o rigor ético que deve nortear pesquisas com seres humanos.

Após o levantamento e categorização dos dados pesquisados, eles foram analisados através da análise de conteúdo, o que resultou na estruturação desse trabalho que, além dos itens pré e pós-textuais, organiza-se em três capítulos e conclusões, assim delineados:

O primeiro capítulo trata do surgimento da legislação de proteção à criança e adolescente no Brasil, no período posterior a década de 1930, uma vez que até então a questão dessa proteção, assim como das demais políticas sociais, constituía “problema” de responsabilidade da igreja católica e das instituições filantrópicas, pois o contexto histórico caracterizava-se pelo predomínio do liberalismo econômico e da não intervenção do estado na questão social, que até então era compreendida como questão de polícia. Trataremos nesse capítulo, então, do surgimento e evolução da legislação e políticas que abordam sobre crianças e adolescentes no Brasil, pontuando o período que vai de 1930 até o contexto atual, momento de construção do paradigma da proteção integral.

O segundo capítulo aborda o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, seu surgimento e os avanços referentes aos direitos dos adolescentes, como também pontua sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE, seu surgimento e seus pontos principais, especificamente aqueles referentes às medidas socioeducativas de PSC. Em um segundo momento aborda sobre as medidas socioeducativas de forma geral, seu surgimento, implantação e avanços, tendo como prioridade específica refletir sobre a medida socioeducativa Prestação de Serviço à Comunidade – PSC e seus objetivos em relação ao adolescente que está em conflito com a lei.

O terceiro capítulo aborda os dados coletados na pesquisa empírica que foi realizada no CREAS Viver Legal de Aracaju e constitui-se de pesquisa documental e entrevista com profissionais que atuam nessa instituição, que teve como resultado dados estatísticos relacionado ao quantitativo de adolescentes que cumpriram a PSC no CREAS Viver Legal, o sexo desses adolescentes e quais as atividades realizadas pelos mesmos nos setores aos quais são encaminhados, além do acompanhamento realizado pela equipe do CREAS na execução dessa Medida. O capítulo apresenta o cenário e os sujeitos da pesquisa: CREAS Viver Legal e seus trabalhadores, nele aparece a fala dos trabalhadores e sua avaliação sobre a natureza pedagógica da operacionalização.

Todavia, de acordo com a análise dos profissionais, constatamos que os resultados respondem a nossa hipótese, cuja “o papel pedagógico previsto no SINASE, o que está previsto no ECA”, ainda está longe de ser efetivado, visto que há uma falta de interesse de representantes que queiram ter o compromisso e a atenção com estes adolescentes que já estiveram em conflito com a lei ou que estão, pois tudo o que eles precisam é serem ouvidos, ter uma nova oportunidade de se tornar um indivíduo com perspectiva de futuro diferente da realidade em que vivenciam ou já vivenciou, por que é difícil ter a reinserção devido falta de interesse da família, por parte dos profissionais, instituições e Estado.

2 PRIMEIRO CAPÍTULO - Direitos dos Adolescentes no Brasil: trajetória histórica

Esse capítulo pontua sobre o surgimento da legislação de proteção à criança e adolescente no Brasil, no período posterior a década de 1930, uma vez que até então a questão dessa proteção, assim como das demais políticas sociais, constituía “problema” de responsabilidade da igreja católica e das instituições filantrópicas, pois o contexto histórico caracterizava-se pelo predomínio do liberalismo econômico e a não intervenção do estado na questão social, que até então era compreendida como questão de polícia.

Trataremos nesse capítulo, então, do surgimento e evolução da legislação e políticas que tratam sobre crianças e adolescentes no Brasil, pontuando o período que vai de 1930 até o contexto atual, momento de construção do paradigma da proteção integral.

2.1 Políticas de “proteção ao menor”: 1930 a 1964

Não se tem registro, até o início do século XX, do desenvolvimento de políticas sociais desenhadas pelo Estado brasileiro, pois até então não havia qualquer legislação que protegesse os direitos dos “menores” no Brasil e as ações assistenciais ficavam a cargo das instituições filantrópicas e da igreja católica, que desenvolviam amplo serviço assistencial aos denominados pobres. “As populações economicamente carentes eram entregues aos cuidados da Igreja Católica através de algumas instituições, entre elas as Santas Casas de Misericórdia”. (LORENZI, 2008, s.p.)

No Brasil, a primeira Santa Casa foi fundada no ano de 1543, na Capitania de São Vicente (Vila de Santos), instituição que atuavam tanto com os doentes quanto com os órfãos e desprovidos, uma vez que “o sistema da Roda das Santas Casas, vindo da Europa no século XIX, tinha o objetivo de amparar as crianças abandonadas e de recolher donativos”. (LORENZI, 2008, s.p)

Foi em 24 de novembro de 1943 que entrou em vigor o Decreto-Lei 6.026, que inovou ao “dividir” os adolescentes infratores em duas categorias: os abaixo de 14 anos e os entre 14 e 18 anos, que foi modificada em 10 de abril 1967 pela Lei 5.258, reduzindo a idade de inimputabilidade para 14 anos.

Fato marcante na história dos direitos dos adolescentes no Brasil aconteceu em 12 de outubro de 1927, com a publicação do Decreto 17.943-A, que instituía o Código Mello Mattos - CMM que era destinado aos menores abandonados e delinquentes.

O Código Mello Mattos mantém a visão conservadora de que menores delinquentes são uma ameaça à sociedade ordeira e “de bem”, mas introduziria uma novidade fundamental para sua época: não é razoável que estas “crianças problemas” fiquem sem assistência estatal e sem alguma proteção jurídica. Com o CMM, a infância e a juventude passariam a ser bens jurídicos tutelados pela lei brasileira; pela via indireta, ainda que não de modo expresse, estaria sendo promovido direito humano, que apenas seriam (re)afirmados em 1948, na ONU, pelo Brasil (p. 09).

Em 1941, no período autoritário do Estado Novo, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor - SAM, através do Decreto de Lei N. 3.799, cuja finalidade era regulamentar a assistência à infância considerada pobre.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em 1959, promulgou a Declaração dos Direitos da Criança com dez princípios gerais sobre a infância, mas somente em 1983 a Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pela ONU, estabeleceu meios de garantia desses direitos, quando o compromisso de respeito aos direitos da criança e do adolescente passa a ser uma das características das democracias ocidentais modernas.

Mas foi a partir das lutas pelos direitos humanos, nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil, que foram observados os desdobramentos na construção de políticas públicas que refletem compromisso e afirmação dos direitos das crianças e adolescentes, assim como as mulheres, os idosos, entre outros, sujeitos que tinham pouca voz, ou nenhuma, para expressar suas necessidades e exigir seus direitos.

Nos anos 1980 os movimentos populares se articularam na luta por melhores condições de vida no país e foi nesse contexto que o Estatuto da Criança e do Adolescente foi promulgado, no momento em que o país vivia um processo de abertura política, após 20 anos de ditadura e quase 60 tentativas de reformulação do Código de Menores de 1927, que foi substituído pelo Novo Código de Menores de 1979. De certa forma, se viveu a esperança de que, no rastro da mudança da lei, “o problema do menor” seria resolvido.

2.2 Políticas de “proteção ao menor”: de 1964 a 1988

Em 1964 quando o Brasil estava vivendo o período de Ditadura Militar, o SAM deixou de existir, o que “destruiu” provisoriamente a perspectiva de consolidação dos serviços de assistência ao menor e da construção de uma política para atender os direitos da criança e do adolescente. O SAM foi substituído pela Fundação Nacional de Assistência ao Menor - FUNABEM. Nesse período foi promulgada a Constituição Federal de 1967, também a Lei

4.513 de 01/12/64 que cria a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, além da Lei 6.697 de 10/10/79 que cria o novo Código de Menores de 1979.

Em 1964, ano do golpe político que deu início à ditadura militar vigente até os anos 1980, iniciou-se um empreendimento inédito na história do atendimento aos menores no País. Pela primeira vez, o governo federal pretendeu traçar orientações unificadas, de alcance nacional. Em 1º de dezembro de 1964, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), órgão normativo que tinha a finalidade de criar e implementar a "política nacional de bem-estar do menor", através da elaboração de "diretrizes políticas e técnicas". No nível estadual foram criadas as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor – (FEBEMs), órgãos executivos, responsáveis pela prática das orientações elaboradas pela FUNABEM, através do atendimento direto dos menores.¹

Sendo totalmente inviável atender à maioria dos menores "em situação de risco", a entidade deu prioridade absoluta aos mais variados tipos de apoio às crianças e jovens em situação de risco pessoal e social, de 7 a 18 anos, acrescidos daqueles de 0 a 6 anos que se encontravam sob tutela judicial. Os projetos prioritários então definidos contemplavam crianças e jovens de 7 a 18 anos em situação de risco pessoal e social, como aqueles explorados no mundo do trabalho, os envolvidos com tráfico de drogas, os prostituídos, os infratores, enfim, menores que viviam na miséria absoluta priorizando entre outros, o Projeto Rural para fixar o menor e sua família no campo; o Programa Ocupação de Fronteiras, entre outros.²

Desde 1964, os problemas referentes aos adolescentes autores de atos infracionais são entendidos como uma questão social e que, portanto, exigem a criação de políticas públicas até os dias atuais. A doutrina da situação irregular foi adotada antes do estabelecimento do atual Estatuto da Criança e do Adolescente. Ela foi sustentada pelo antigo Código de Menores (Lei 6.697/79), quando os menores infratores eram afastados da sociedade, segregados em instituições como a FEBEM, desrespeitada a dignidade da pessoa humana e o termo “menor”, inclusive, era usado pejorativamente. A legislação não havia sido criada para proteger os menores, mas para garantir a intervenção jurídica sempre que houvesse qualquer risco material ou moral com a única preocupação de evitar conflito e não como prevenção, não

¹ <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v8n1/03.pdf>>. Acesso em: 22 de agosto de 2016.

² <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v8n1/03.pdf>> Acesso em: 22 de agosto de 2016

considerando os adolescentes como sujeitos de direitos, mas sim como objeto de medidas judiciais.³

2.3 Contexto de 1980

A construção dos direitos das crianças e dos adolescentes, a partir de 1980, proporcionou um significativo processo de reordenamento institucional, com a desjudicialização das práticas de caráter administrativo; com mudanças de conteúdo, de método e de gestão, bem como a integração dos princípios constitucionais da descentralização político-administrativa e da democratização na efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente que, a partir daí, têm reconhecido seu status de sujeito de direitos, garantindo o irrestrito, amplo e privilegiado acesso à Justiça (CUSTÓDIO, 2008).

O advento da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 consiste num divisor de águas no Brasil estabelecendo não somente os direitos de cidadania para todos os brasileiros, mas também os direitos das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos. O art. 227 da nossa lei maior estabelece o paradigma da proteção integral ao colocar que é:

(...) dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2010).

O grande marco nesse processo de construção de direitos é a Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição Cidadã, que confere, pela primeira vez, a condição de política pública à assistência social, que será uma das constituintes do tripé da seguridade social com as políticas de saúde e previdência social, o que ainda se encontra em construção no país. A Constituição da República Federativa do Brasil assegura a participação e controle da sociedade no desenvolvimento das políticas públicas, com a criação dos novos lugares de participação social que são os conselhos das políticas públicas em cada esfera de governo e, no caso específico de crianças e adolescentes no nível federal, com a criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

³ <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12051> Acesso em: 22 de agosto de 2016.

Em 7 de dezembro de 1993 foi promulgada a Lei nº 8.742, denominada Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, , que regulamenta a participação cidadã nessa política e estabelece normas e critérios para organização da política de assistência social (BRASIL, 1993).

Através da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social, construída nas reuniões descentralizadas e ampliadas do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, espaço onde foi construído coletivamente o texto final da PNAS cujo teor objetiva transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da LOAS, por meio de definições, de princípios e de diretrizes que nortearão sua implementação, cumprindo uma urgente, necessária e nova agenda para a cidadania no Brasil. A PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (BRASIL, 2004, p. 12-13).

Esse arcabouço legal da política de assistência social vem sendo aprimorado desde 2003, estabelecendo uma rede de proteção e promoção social, de modo a cumprir as determinações legais. Dentre as iniciativas, destacamos a implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em 2005, conforme determinações da LOAS⁴ e da Política Nacional de Assistência Social. São objetivos do SUAS:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração a vida comunitária;
- V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família (BRASIL, 1993)

A LOAS⁵ estabelece a construção dos serviços de proteção social, organizando-os em proteção social básica, constituindo-se naqueles que serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e em outras unidades públicas de assistência social, e proteção social especial materializando-se nos serviços e programas que

⁴ Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, 1993)

⁵ A LOAS sofreu modificação conforme a Lei n 12.435 de 2011.

são executados nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e que tem por referência a ocorrência de situações de risco ou violação de direitos.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade.

A proteção social de Assistência Social se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana. A proteção social de Assistência Social, em suas ações, produz aquisições materiais, sociais, socioeducativas ao cidadão e cidadã e suas famílias para suprir suas necessidades de reprodução social de vida individual e familiar; desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia (BRASIL, 2004, p. 90).

Os serviços de proteção social especial subdividem-se em serviços de média complexidade e serviços de alta complexidade, que atuam de forma articulada para viabilizar os direitos violados dos cidadãos, como também explicar a estes cidadãos os programas que eles podem ser inseridos e os serviços prestados (BRASIL 1993, p, 25).

A proteção social especial de média complexidade é coordenada e articulada nos CREAS, é responsável pela orientação, apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados, direcionando o foco das ações para a família na perspectiva de potencializar e fortalecer sua função protetiva. Importante marco para a viabilidade dessa política foi a regulamentação do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, através do Decreto nº 1.605 de 25 de agosto de 1995, para o financiamento das ações da política de assistência social como benefícios, serviços, programas e projetos.

Dentre os inúmeros programas e projetos que são executados pelos três níveis de governo e articulados ao SUAS, vale destacar na Atenção Básica o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF que oferta ações socioassistenciais através de serviços prestados às famílias em situação de vulnerabilidade social. Nos serviços que desenvolvem a proteção especial de média complexidade observa-se que a prioridade reside no fortalecimento dos

vínculos familiares e sociais, o que requer uma maior estruturação técnico operacional e uma atenção especializada e mais individualizada através de serviço⁶ específicos.

Com relação à proteção social especial de alta complexidade os serviços⁷ garantem proteção integral para famílias e indivíduos que se encontram sem referência necessitando ser afastados da convivência familiar e da sociedade.

Em consonância com o disposto na LOAS, a Política Nacional de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (BRASIL, 2004, p. 33)

A PNAS objetiva a integração das políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, garantindo dos mínimos sociais e a universalização dos direitos sociais, provendo serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial para famílias; contribuindo com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos; ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais; assegurando que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004).

Constitui o público usuário dessa política, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos sociais, tais como:

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; pessoas com identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; pessoas com

⁶ Serviço de orientação e apoio sociofamiliar; • Plantão Social; • Abordagem de Rua; • Cuidado no Domicílio; • Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; • Medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA. (PNAS,2004)

⁷ • Atendimento Integral Institucional; • Casa Lar; • República; • Casa de Passagem; • Albergue; • Família Substituta; • Família Acolhedora; • Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada); • Trabalho protegido. (PNAS, 2004)

desvantagem pessoal resultante de deficiências; pessoas em situação de exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; que fazem uso de substâncias psicoativas; pessoas que vivem diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; nas quais se identifique inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; que enfrentem ou se encontrem em situação de estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, PNAS, 2004, p. 34)

Frota (2007), por sua vez, enfatiza que a adolescência é uma fase do desenvolvimento humano que faz a ponte entre a infância e a idade adulta. Nessa perspectiva de ligação, a adolescência deve ser compreendida como um período atravessado por crises, que encaminham o jovem na construção de sua subjetividade. Porém, a adolescência não pode ser compreendida somente como uma fase de transição, pois ela é bem mais do que isso. Pontua que não se deve compreender a adolescência simplesmente pondo-a em evidência, construindo uma definição universal para todos os momentos históricos, mas tentar compreendê-la a partir de sua historicidade.

Desse modo, os limites fisiológicos e jurídicos são insuficientes para compreender esse período. É possível sabê-lo melhor, sugerem Levi; Schmidt (1996, apud FROTA, 2007), a partir de uma antropologia das diversas sociedades humanas, segundo o modo de identificar e de atribuir ordem e sentido ao transitório. Para estes autores, enquadrar as coordenadas de uma história social e cultural da juventude, por diferentes motivos que sejam, torna-se impossível, até mesmo pela não homogeneidade dos termos definidores.

Assim, na conformação histórica brasileira do direito da criança e do adolescente temos dois paradigmas bem distintos: a doutrina da situação irregular, onde o adolescente era estigmatizado como um mero objeto, sem que seus direitos fossem garantidos e a doutrina da proteção integral, onde o adolescente ganha status de sujeito de direitos e passa a ser hegemônica no contexto atual, apesar das imensas dificuldades para a sua operacionalização, essas resultantes especialmente das imensas desigualdades que ainda marcam o contexto brasileiro.

3 SEGUNDO CAPÍTULO - Paradigma da Proteção Integral: ECA e SINASE

O presente capítulo aborda o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, seu surgimento e os avanços referentes aos direitos dos adolescentes, como também pontua sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE, seu surgimento e princípios e diretrizes principais, especificamente aqueles referentes às medidas socioeducativas. Pontua sobre as medidas socioeducativas de forma geral, surgimento, implantação e avanços, tendo como prioridade específica refletir sobre a medida socioeducativa Prestação de Serviço à Comunidade – PSC e seus objetivos em relação aos adolescentes que estão em conflito com a lei.

3.1 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE

Segundo Custódio (2008), é possível afirmar que os direitos das crianças e adolescentes propostos no ECA caracterizam-se como um novo modelo jurídico, isto é, um novo ordenamento de direito positivo, uma nova teoria jurídica, uma nova prática social (da sociedade civil) e institucional (do poder público) do Direito. O que importa, neste caso, é perceber que desde a criação legislativa, passando pela produção do saber jurídico, até a interpretação e aplicação a situações concretas, este Direito impõe-nos o inarredável compromisso ético, jurídico e político com a concretização da cidadania infanto-juvenil.

A partir desse pressuposto e analisando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, é possível afirmar que ele concebeu um Sistema de Garantia de Direitos – SGD, cujo modelo estabelece uma ampla parceria entre o Poder Público e a sociedade civil para elaborar e monitorar a execução de todas as políticas públicas voltadas para a infância e adolescência. Esse sistema:

[...] constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. (BRASIL, 1990)

Isto nos permite entender que para ser viabilizado, esse sistema de garantia de direitos requer a construção efetiva de uma parceria entre poder público, entidades governamentais e

não governamentais e sociedade civil, para que sejam desenvolvidas ações que garantam os direitos de adolescentes, especialmente daqueles que estão em conflito com a lei.

O Sistema de Garantia de Direitos deve-se estruturar/organizar em três eixos estratégicos, definidos pelo Guia de Atendimento de direitos de crianças e adolescentes do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDECA/Ceará (CALS, 2007, p.12-13), a saber:

Eixo de Promoção de direitos: se dá por meio do desenvolvimento da política de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, integrante da política de promoção o dos direitos humanos. Essa política deve-se dar de modo transversal, articulando todas as políticas públicas. Nele estão os serviços e programas de políticas públicas de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes, de execução de medidas de proteção de direitos e de execução de medidas socioeducativas. Eixo de Defesa: tem a atribuição de fazer cessar as violações de direitos e responsabilizar o autor da violência. Eixo de Controle Social: é responsável pelo acompanhamento, avaliação e monitoramento das ações de promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, bem como, dos demais eixos do sistema de garantia dos direitos. O controle se dá primordialmente pela sociedade civil organizada e por meio de instâncias públicas colegiadas, a exemplo dos conselhos.

Assim, para a implementação da Doutrina da Proteção Integral, denominado Sistema de Garantia de Direitos (SGD) incluem-se princípios e normas que regem a política de atenção a crianças e adolescentes, cujas ações devem ser promovidas pelo Poder Público em suas 03 esferas de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), pelos 03 Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e pela sociedade civil, sob três eixos: Promoção, Defesa e Controle Social. No interior do SGD existem diversos subsistemas que tratam, de forma especial, de situações peculiares. Dentre outros subsistemas, incluem-se aqueles que regem as políticas sociais básicas, de assistência social, de proteção especial e de justiça voltados ao atendimento de crianças e adolescentes.

A Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes foi instituída pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente em outubro de 2010, tem como objetivo promover a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas (BRASIL, 2010). A participação de crianças e adolescentes nesse processo de luta por reconhecimento e ampliação de direitos é fundamental para concretização dos propósitos consagrados no ECA.

O artigo 125 do Estatuto da Criança e do Adolescente designa exclusiva e inequivocamente o Estado como responsável “para velar pela integridade física e mental dos internos” (VOLPI, 2011, p. 19). Segundo o ECA não deve ser permitido que aconteça qualquer tipo de negligência com o adolescente em conflito com a lei, como também que esses adolescentes tenham seus direitos assegurados para cumprir a medida socioeducativa designada ao ato cometido.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA introduz na legislação brasileira, especificamente no artigo 5º, o tema das violações de direitos de crianças e adolescentes. Apesar de condenar qualquer atentado a seus direitos fundamentais, passados 20 anos da sua promulgação, tais violações ocorrem em número significativo. Os casos mais recorrentes têm sido a violência doméstica e institucional, a violência sexual, a situação de rua, o trabalho infantil, a negação do direito à convivência familiar e a morbimortalidade por violência. (BRASIL, 2010).

Acreditamos que a política específica destinada a crianças e adolescentes não dão conta de “acabar” com os casos de violação aos seus direitos já que as raízes dessas violações encontram-se estruturadas nas imensas desigualdades que ainda marcam a sociedade brasileira. Para tanto torna-se necessária a articulação da sociedade civil e dos poderes públicos para a construção de estratégia amplas e de garantias desses direitos.

A Constituição Federal e o ECA afirmam a convivência familiar como um direito de crianças e adolescentes, rompendo com a concepção histórica da institucionalização. O abrigamento passou a ser entendido como uma medida de proteção a ser adotada somente em casos extremos e por um brevíssimo período. As situações de pobreza ou de fragilização dos vínculos familiares devem ser enfrentadas tendo como diretriz a proteção às famílias. Não somente dar uma atenção ao adolescente em conflito com a lei, como também uma assistência à família deste adolescente para que ela possa reassumir o protagonismo nesse cuidado (BRASIL, 2010).

Para que seja melhor conduzido o processo que envolve o adolescente em um ato infracional, quando o direito já foi violado e o ato infracional cumprido e para preservar, mesmo nessa situação, os direitos básicos devem ser garantidos ao adolescente, segundo o disposto no Art. 111 do ECA:

- I- Pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;
- II- Igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias a sua defesa;

- III- Defesa técnica por advogado;
- IV- Assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;
- V- Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;
- VI- Direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento. (BRASIL, 1990, p. 30)

Por definição do ECA, cabe ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente- CONANDA⁸, formular as políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes em nosso país, ou seja, em estabelecer os marcos referenciais (princípios, diretrizes e bases) para a sua operacionalização. As políticas devem respeitar os seguintes princípios: 1º Universalidade dos direitos com equidade e justiça social; 2º Igualdade e direito à diversidade; 3º Proteção integral para a criança e o adolescente; 4º Prioridade absoluta para a criança e o adolescente; 5º Reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos; 6º Descentralização político-administrativo; 7º Participação e controle social; 8º Intersetorialidade e trabalho em rede.

Acreditamos estar claro que o adolescente que encontrar-se em conflito com a lei deve ter a seu favor todo direito de ser reinserido em seu meio social e na sociedade, pois deve ter todo aparato dos órgãos competentes, no que diz respeito aos seus direitos, leis e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, além das disposições contidas no SINASE, que apresenta medidas que podem e devem ser cumpridas pelo adolescente, como exemplo as medidas contidas nos Arts. 100 e 112 nos incisos 1º e 3º do ECA.

A partir de fevereiro de 2004, o SINASE foi organizado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), em conjunto com o CONANDA e com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que sistematizaram e organizaram a proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE, criado através da Lei 12.594/12 que no art. 35, I, estabeleceu que, em hipótese alguma, o adolescente pode receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto.

O processo democrático e estratégico de construção do SINASE concentrou-se especialmente num tema que tem mobilizado a opinião pública, a mídia e

⁸ Órgão a quem compete formular, deliberar e promover o controle social em âmbito nacional, contribuindo para a implementação da política de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes no País. O Conanda é um órgão colegiado de caráter deliberativo, integrante da estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que tem por finalidade elaborar normas gerais para a formulação e implementação da política nacional de atendimento aos direitos da criança e do adolescente observada as linhas de ação e as diretrizes estabelecidas nos artigos 86, 87, 88 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como acompanhar e avaliar a sua execução.

diversos segmentos da sociedade brasileira: o que deve ser feito no enfrentamento de situações de violência que envolvem adolescentes enquanto autores de ato infracional ou vítimas de violação de direitos no cumprimento de medidas socioeducativas. (BRASIL, 2006)

O SINASE foi criado para reafirmar as diretrizes do ECA, pois tem caráter pedagógico baseado nos direitos humanos e possui uma relação de princípios do atendimento socioeducativo interligado com o Sistema de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescentes, este caráter pedagógico ainda é muito frágil devido a uma falta de articulação da rede dos serviços em que os adolescentes em conflito com a lei transita, como também considera o adolescente em conflito com a lei como sujeito de direitos, mas que deve responder por seus atos infracionais através das medidas socioeducativas, rompendo com o caráter punitivo da legislação penal brasileira. Esse sistema determina diretrizes para a execução das medidas socioeducativas por parte das instituições e profissionais que atuam nesta área.

O SINASE reúne princípios, regras e critérios de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, envolvendo desde o processo de apuração do ato infracional até o momento da execução das medidas socioeducativas. Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todas as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público. (BRASIL, 2006, p.22)

Esse sistema orienta também os programas de atendimento a adolescentes em conflito com a lei e destina-se a inclusão deles nos diferentes campos das políticas sociais, estabelecendo princípios que orientam as medidas socioeducativas, com enfoque principalmente a respeito dos direitos humanos e trazendo a tona a responsabilização da família, sociedade e do Estado.

O SINASE é organizado em alguns eixos que caracteriza sua estrutura, quais sejam: “suporte institucional e pedagógico; diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual; cultura, esporte e lazer; saúde; escola; profissionalização/trabalho/previdência; família e comunidade e segurança” (BRASIL, 2006, pág. 63).

Destes eixos aqueles que são designados as medidas socioeducativas e especificamente a descrição de cada uma, das quais especificamos para detalhar a medida prestação de serviço a comunidade no eixo “6.3.1.2. Específico às entidades e/ou programas que executam a medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade” (BRASIL, 2006, pág. 65, 66).

A conscientização da importância no trato ao menor, infrator ou não, é a chave da construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática que depende principalmente de um esforço conjunto de todos os setores da sociedade, Estado e família.

Desta maneira, se realmente efetivados os princípios e diretrizes dispostos no ECA e SINASE, teremos adolescentes reinseridos em seu meio social, cultural e afetivo, recompondo seus direitos e reconstruindo suas vidas e de suas famílias.

3.2 Medidas Socioeducativas e Prestação de Serviço a Comunidade - PSC: processo de implantação e objetivos

As Medidas Socioeducativas são partes do sistema de responsabilização jurídica especial, já que o adolescente em conflito com a lei é inimputável penalmente. Elas devem ser aplicadas de acordo com a gravidade do ato infracional, o grau de participação nele e as circunstâncias em que ocorreu, a capacidade de cumpri-la e a disponibilidade dos serviços e equipamentos sociais ofertados pelos municípios e regiões.

As medidas socioeducativas devem ter caráter educativo, propiciar ao adolescente o acesso a informação, reinserindo-o no convívio social sem maiores danos e com intuito de superar a exclusão a que foi posto. Os programas de atendimento a esses adolescentes devem seguir as orientações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, serem aplicadas e operadas de acordo com as características da infração, circunstâncias sociofamiliar e disponibilidade de programas e serviços ofertados em nível municipal, regional e estadual. Mas também “Elas comportam aspectos de natureza coercitiva, uma vez que são punitivas aos infratores, e aspectos educativos no sentido da proteção integral e oportunização, e do acesso à formação e informação”. (VOLPI, 2011, p.20).

Além desses aspectos, é importante ressaltar que a aplicação das medidas deve ocorrer respeitando as singularidades que envolvem cada adolescente e suas famílias para que ela tenha a justa medida educativa/pedagógica/coercitiva, exclua julgamentos valorativos negativamente e socialmente construídos, que nada contribuem para a construção da identidade dos adolescentes, como tão bem pontua Volpi (2011, p. 17) ao dizer que “As garantias necessárias à justa aplicação das medidas socioeducativas não podem prescindir da proibição de detenções ilegais ou arbitrárias (ECA, art. 106) como forma de contrapor-se a cultura predominante dos agentes de segurança, que se orientam por critérios extremamente subjetivos e preconceituosos, criminalizando especialmente pobres e negros”.

É incontestável, que as medidas socioeducativas constituem uma resposta social destinada ao adolescente em conflito com a lei e que, na sua aplicação deve prevalecer o caráter sociopedagógico, haja vista que não visa punir o adolescente pelo ato cometido, mas sim a prevenção e proteção, de modo a reinserir este adolescente na sociedade.

Para Baptista (2001 apud MIYAGUI, 2008, p. 41- 42), o processo socioeducativo refere-se a toda relação pedagógica vivenciada com o jovem, como os contatos iniciais, as reuniões em grupos, o término da medida, os momentos informais, o respeito por sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Para reinserir esse jovem em seu meio social, com a tentativa de tornar um cidadão consciente proporcionando ao adolescente seu convívio familiar e assim torna-lo um cidadão com princípios e condutas diferentes.

Miyagui (2008, p.44), ao falar sobre a qualidade do trabalho socioeducativo com adolescentes, afirma que sete princípios fundamentais devem ser observados no processo, quais sejam:

- 1- É importante que a execução da medida e lugar de atuação tenham sentido para o adolescente, de uma perspectiva melhor de vida e não repreendê-lo; 2- que ele possa perceber que sua intervenção é significativa, que traga objetivos em sua conduta social, esperança de vida e futuro melhor; 3- que seu trabalho tenha ligação com o trabalho de outras pessoas, para assim ter relações conjuntas de seu crescimento enquanto cidadão, ter comunicação com os que estão a sua volta e interagir; 4- que haja regras claras para o cumprimento dos serviços e controle sobre elas, sem forçar o adolescente a cumpri-la, deixar que ele tenha a iniciativa própria para o desenvolvimento desta atividade; 5- que seja estabelecido um contrato entre o adolescente e o educador, em que estejam estipuladas as regras do acompanhamento e os momentos grupais e individuais, de acordo com a proposta socioeducativa, para que não se deixe de executar os serviços prestados, tendo de forma concisa um controle deste adolescente sem que ele perceba; 6- que o educador se reúna periodicamente com o adolescente com o intuito de refletir acerca dessa prática, tendo uma contribuição para sua vida familiar e social, ver os pontos negativos e positivos no cumprimento deste serviço, o que pode ser melhorado; 7- que se inventariem com ele quais os aprendizados que esse tipo de serviços traz, que tipo de benefício o adolescente adquirir com a prestação deste serviço a comunidade, se tem resultado eficaz destes serviços prestados.

Esses pontos permitem constatar que é preciso realizar cada vez mais um trabalho pedagógico, mas firme em princípios com os adolescentes que estão em conflito com a lei, para que não voltem a cometer nenhum tipo de ato que infringe a si mesmo e a sociedade, para que não aprofundem o “fosso social da exclusão” que estão inseridos. Assim, a medida socioeducativa prestação de serviços à comunidade deve se constituir em uma estratégia para ressocializar o adolescente a sua comunidade, a sua família e a sociedade,

resgatando/reconstruindo a sua identidade, sinalizando uma perspectiva de futuro melhor, um olhar diferente da realidade para que contribuam para sua identidade enquanto cidadão.

As medidas socioeducativas segundo o art. 112 do ECA, são:

- I. Advertência: é uma “bronca” judicial, com reflexão sobre o ato praticado;
- II. Obrigação de reparar o dano: ressarcimento do prejuízo econômico à vítima pelo adolescente;
- III. Prestação de serviço à comunidade: realização de tarefas gratuitas por parte do adolescente, em entidades públicas ou privadas, por período não excedente há seis meses;
- IV. Liberdade assistida: acompanhamento do adolescente nos âmbitos familiar, escolar e comunitário por período mínimo de seis meses;
- V. Inserção ao regime de semi-liberdade: privação parcial de liberdade durante a qual o adolescente tem direito de se ausentar da unidade para estudar e trabalhar, devendo retornar no período noturno, além de passar os fins de semana com a família;
- VI. Internação em estabelecimento educativo: privação de liberdade durante a qual o adolescente se encontra segregado do convívio familiar e social por até três anos;
- VII. Qualquer uma das previstas no artigo 101, I ao VI.

A aplicação das medidas socioeducativas não pode acontecer de forma isolada do contexto social, político e econômico em que está envolvido o adolescente, pois constitui-se em uma concepção sancionatória que responsabiliza judicialmente os adolescentes estabelecendo restrições legais e sócio pedagógicas, haja vista que sua execução está condicionada a garantia de direitos e ao desenvolvimento de ações educativas que visem à formação da cidadania.

Teixeira (2006, Apud MIYAGUI, 2008) assinala que, permanecendo em seu espaço de convívio social, o jovem tem a oportunidade de reorganizar seu padrão de conduta e elaborar um projeto que lhe permita desvincular-se da prática infracional. Em outras palavras: as medidas socioeducativas devem ter ao mesmo tempo e na mesma via, um caráter educativo e punitivo que, ao responsabilizar o jovem por sua conduta infratora deve vislumbrar caminhos para sua emancipação.

As medidas Socioeducativas podem se apresentar de várias formas, mas daremos ênfase as que são aplicadas em meio aberto, quais sejam:

- I – Prestação de serviços à comunidade, art. 117 do ECA, consiste em uma forma de punição útil à sociedade, onde o infrator não é subtraído ao convívio social, desenvolvendo tarefas proveitosas a seu aprendizado e a necessidade social, por um período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como programas comunitários ou governamentais.

II – Liberdade Assistida, esta medida destina-se a acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. O caso será acompanhado por pessoa capacitada, designada pela autoridade. Deverá ser nomeado um orientador, a quem incumbirá promover socialmente o adolescente e sua família, supervisionar a frequência escolar, diligenciar a profissionalização (AQUINO, 2012, s.p).

De acordo com Liberati (2002), realizadas no contexto familiar e comunitário, as medidas em meio aberto possibilitam ao jovem reexaminar sua conduta infratora, avaliar suas consequências e propor uma mudança de comportamento, a fim de que o adolescente não reincida.

A medida socioeducativa Prestação de Serviço à Comunidade deve ser considerada como prestação de serviços de relevância comunitária pelo adolescente, buscando uma ação pedagógica que privilegie a descoberta de novas potencialidades, direcionando construtivamente seu futuro, para que assim não volte a cometer nenhum outro tipo de ato infracional mais grave (BRASIL, 2006).

Na Lei 7.209 de 11 de julho de 1984, que trata do Código Penal, em seu Art. 46- A Prestação de Serviço à Comunidade consiste na atribuição, para o adolescente, de tarefas gratuitas junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais, que irão contribuir para o desenvolvimento destes adolescentes que prestam este serviço a se tornarem cidadãos com perspectiva de um futuro melhor. Por isso, apesar de ser uma medida de caráter punitivo também, não se pode forçar o adolescente a cumpri-la, tem que partir de sua própria vontade de mudar. Desta forma, na execução da medida socioeducativa PSC a equipe profissional mínima a trabalhar com esse adolescente deve ser composta por:

01 técnico para cada vinte adolescentes; 01 referência socioeducativa para cada grupo de até dez adolescentes e um orientador socioeducativo para até dois adolescentes simultaneamente a fim de garantir a individualização do atendimento que a medida pressupõe. (BRASIL, 2006, p. 48)

Tanto a referência quanto o orientador socioeducativo devem ser pessoas residentes nos locais de prestação de serviço que estarão incumbidos de acompanhar qualitativamente o cumprimento da medida socioeducativa aplicada. Ou seja, uma equipe profissional deve fazer o acompanhamento deste adolescente no cumprimento da medida, para auxiliá-lo no que for necessário como também orientá-lo no que diz respeito a sua reinserção na comunidade, em seu meio social.

Nesse sentido, o envolvimento da comunidade por intermédio de órgãos governamentais, clubes de serviços, entidades sociais e outros, é fundamental na operacionalização desta medida Prestação de Serviço à Comunidade, onde ela será cada vez mais efetiva na medida em que houver o adequado acompanhamento do adolescente pelo órgão executor, o apoio da entidade que o recebe, e a utilidade real da dimensão social do trabalho realizado. (VOLPI, 2011, p. 23, 24).

A Medida Socioeducativa Prestação de Serviços à comunidade deve ser revestida de forte apelo comunitário e educativo, tanto para o adolescente quanto para a comunidade, que deverá responsabilizar-se pelo desenvolvimento e socialização do adolescente, pois é necessária uma nova oportunidade a este adolescente para que possa constituir princípios que tornem a sua vida melhor e que vislumbre novas perspectivas e oportunidades no caminho de construção da sua identidade e cidadania.

4 TERCEIRO CAPÍTULO - Medidas Socioeducativas no CREAS Viver Legal: a fala dos trabalhadores

Ao longo deste estudo fizemos uma abordagem sócio histórica sobre os adolescentes que estão em conflito com a lei e o olhar dos profissionais no que diz respeito as atividades socioeducativas desenvolvidas em meio aberto, mais precisamente sobre aqueles pautadas em prestação de serviço à comunidade.

Na atualidade, o ECA trata de princípios que dizem respeito ao que o adolescente tem direitos e deveres também, já o SINASE, trata de sistematizar ações a serem trabalhadas dispondo de conteúdos os quais desenvolvem atividades socioeducativas para os adolescentes e para sua família, palestras, oficinas temáticas, atividades que fortaleçam os vínculos familiares e com a comunidade, pois tudo é voltado para um único objetivo: a construção e permanência da autonomia destes adolescentes.

Com o intuito de refletir sobre a medida socioeducativa PSC, partimos da visão dos trabalhadores que fazem o acompanhamento destes jovens em conflito com a lei e em cumprimento desta medida em Aracaju, especificamente no CREAS Viver Legal.

Apresentamos, neste tópico, o cenário e os sujeitos da pesquisa que estiveram ou ainda estão em cumprimento da medida socioeducativa PSC.

Para analisar como está sendo o trabalho dos profissionais na operacionalização das medidas socioeducativas em meio aberto, especificamente a PSC, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que foram organizadas em dois eixos, direcionados pelos objetivos da pesquisa: o perfil dos entrevistados e o papel pedagógico das medidas socioeducativas direcionados pelo objetivo da pesquisa.

4.1 O cenário e os sujeitos da pesquisa: CREAS Viver Legal, os adolescentes e os trabalhadores

4.1.1 CREAS Viver Legal

Até o ano de 2013 a Proteção Especial no município de Aracaju era realizada de forma centralizada, os atendimentos eram direcionados para as instituições de referência dos serviços sócioassistenciais, com as demandas assim organizadas: mulheres vítimas de violência, criança e adolescente, assistência a idosos, pessoa com deficiência e atendimento a adolescentes em prestação de medidas socioeducativas.

O CREAS Viver Legal era responsável pelo atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, para onde eram encaminhados para a prestação de medidas socioeducativas, o que ocorreu até o ano de 2014, quando houve a descentralização dos serviços e todos os CREAS do município passaram a atender todas as demandas.

Em Aracaju existem, atualmente, 03 (três) CREAS, conforme descrito no site da Prefeitura Municipal de Aracaju/se, responsáveis por executar as medidas socioeducativas em meio aberto:

- CREAS Maria Pureza, especializado em atendimento a idosos e pessoas com deficiência, direitos violados e mulheres vítimas de violência.
- CREAS Gonçalo Rollemberg Leite, atende todos os tipos de violações com foco nas famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas e situações de risco social e pessoal).
- CREAS São João de Deus, especializado em atendimentos a crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência.
- CREAS Viver Legal, localizado, responsável pelo atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em regime de meio aberto.

O CREAS Viver Legal está situado na Av. São João Batista, S/N- Bairro Ponto Novo-Conjunto Castelo Branco, em Aracaju, é uma instituição pública, sem fins lucrativos, com patrimônio locado, integrante da administração municipal direta, cujo papel é voltado para atender adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, como também quem envia os casos para o CREAS não é o ministério público e sim a Vara da Infancia. Com o reordenamento dos CREAS, a partir de 2014, estes deixaram de temáticos e passaram a atender todas as situações de violação de direitos conforme, estabelece a Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Os Serviços vinculados a proteção social especial de média complexidade além do de medida, são: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e o Serviço de Abordagem Social, abrangendo os seguintes segmentos: criança e adolescente, idoso, pessoas com deficiência, população LGBT (lésbica, gays, bissexuais, travestis, transexuais), mulheres e suas famílias. Tem uma equipe técnica formada por 3 (três) assistentes sociais, 3 (três) psicólogos, 2 (dois) educadores e 1 (uma) coordenadora, capacitada para atender e acompanhar os adolescentes que cumprem as medidas socioeducativas, seja na comunidade, instituição, ONG's, entidades governamentais e não- governamentais.

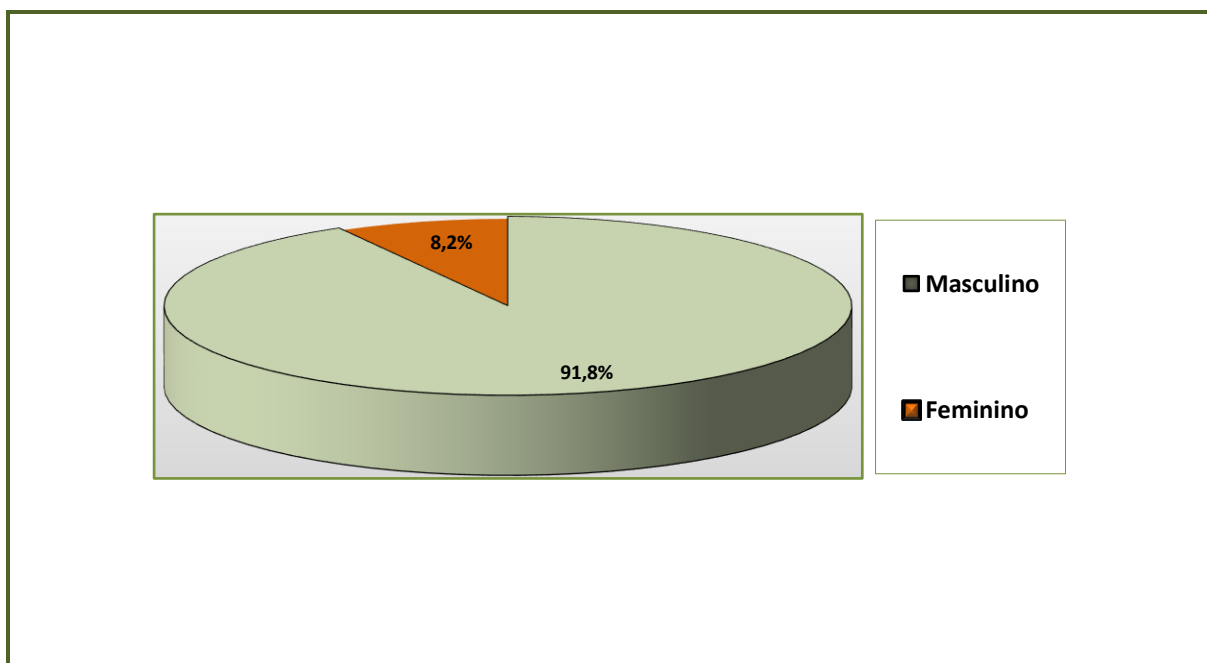
O CREAS Viver Legal tem como objetivo socializar os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA), através da inserção em programas sociais, proporcionando novas oportunidades de convívio social, tornando o trabalho da equipe profissional essencial na criação de uma proposta de trabalho que produza autonomia para que os adolescentes possam visualizar novas oportunidades de melhorias em suas vidas, deixando o mundo da criminalidade. A instituição presta atendimento a adolescente dos sexos feminino e masculino, encaminhados pela 17ª Vara da Infância para o cumprimento desse tipo de medida.

Na instituição as atividades eram realizadas até o ano de 2011, devido a uma falta de oportunidade, comunicação, interesse dos órgãos designados a trabalhar com menores que estiveram em conflito com a lei, como: oficinas de música, recreação, palestras, debates, aulas de informática e cursos profissionalizantes, como também esta coleta de dados foi realizada no ano de 2013. Desta forma, havia uma socialização dos adolescentes assistidos, apesar dos obstáculos proporcionados pelas instituições serem de difícil acesso, necessitando desta maneira que se tenha uma maior efetividade entre a rede, com a finalidade de incentivar o convívio social, ajudando inserção ao espaço na sociedade, no convívio familiar, pois para isso têm que ser eficaz a medida.

4.1.2 Perfil dos Adolescentes que cumpriram a Medida Socioeducativa PSC no CREAS Viver legal em 2013

No CREAS Viver Legal referente ao ano de 2013, foram atendidos 110 (cento e dez) adolescentes que estavam em conflito com a lei e que foram encaminhados para cumprir as medida socioeducativa de meio aberto prestação de serviço à comunidade.

GRÁFICO 1: Sexo dos adolescentes em cumprimento da PSC no CREAS Viver Legal



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras com os dados coletados na pesquisa.

No período de realização desta pesquisa, foi detectado em uma amostragem de 110 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa prestação de serviço à comunidade no município de Aracaju/se. Desse total 101(cento e um) eram do sexo masculino (91,8%) e 9 (nove) eram do sexo feminino, ou seja, apenas 8,2% do total.

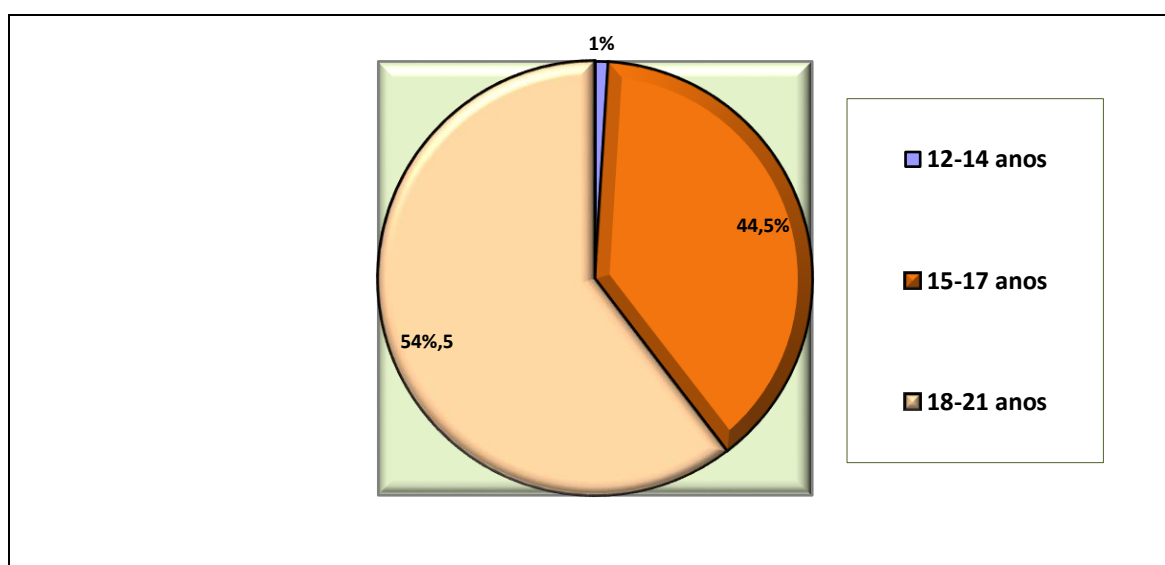
De acordo com o Levantamento Anual dos Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa PSC no ano de 2012, no Brasil, o número de adolescentes que cumpriram a medida socioeducativa prestação de serviço à comunidade 37.142, sendo 31.846 do sexo masculino e 5.296 do sexo feminino. Esse percentual demonstrado por região corresponde aos seguintes valores: região norte 77%, região nordeste 59,2%, região sudeste 78,6%, região sul 88,6% e região centro-oeste 87,8%.

A construção sociocultural do masculino e do feminino é feito através da socialização que impõe ensinamentos a ambos os sexos apresentando papéis determinados a cada gênero.

Em termos práticos, são os papéis ensinados às meninas e mulheres e aos meninos e homens. Esses papéis não são biológicos, mas resultados da socialização. São construções sociais, as chamadas “características masculinas”: agressividade, iniciativa, comando, fortaleza, bem como as chamadas “características femininas” contrapostas: passividade, não-iniciativa, obediência, fraqueza (SOARES, ASSUNÇÃO, 2011, p. 02 e 03 apud INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2004, p. 27).

É possível afirmar também que a construção desses papéis resultam, em nossa sociedade, da necessidade de afirmação no meio social como forma de reconhecimento e aceitação em grupos, na família, por amigos e escolas, com o objetivo de alimentar força, virilidade e até agressividade, consideradas geralmente como características masculinas, com espaços e funções sociais diferenciadas para cada sexo.

GRAFICO 2: Faixa Etária dos adolescentes em cumprimento da PSC no CREAS Viver Legal



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras com os dados coletados na pesquisa.

A faixa etária dos adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa PSC varia entre 13 e 21 anos. O gráfico acima revela que 1% dos adolescentes encontra-se na faixa etária de 12 a 14 anos; 44,5% encontram-se na faixa etária entre 15 e 17 anos e 54,5% encontram-se na faixa etária entre 18 a 21 anos.

Percebemos, assim, que a faixa etária que mais ocorre no cometimento desses atos é entre 18 e 21 anos, quando as medidas socioeducativas ainda são aplicadas, os adolescentes já estão próximos a sair da jurisdição desse sistema específico de proteção e que a partir daí serão vistos como responsável pelos seus atos e responderão pelo crime não mais através de infracionais, mas de acordo com a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente; Igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas

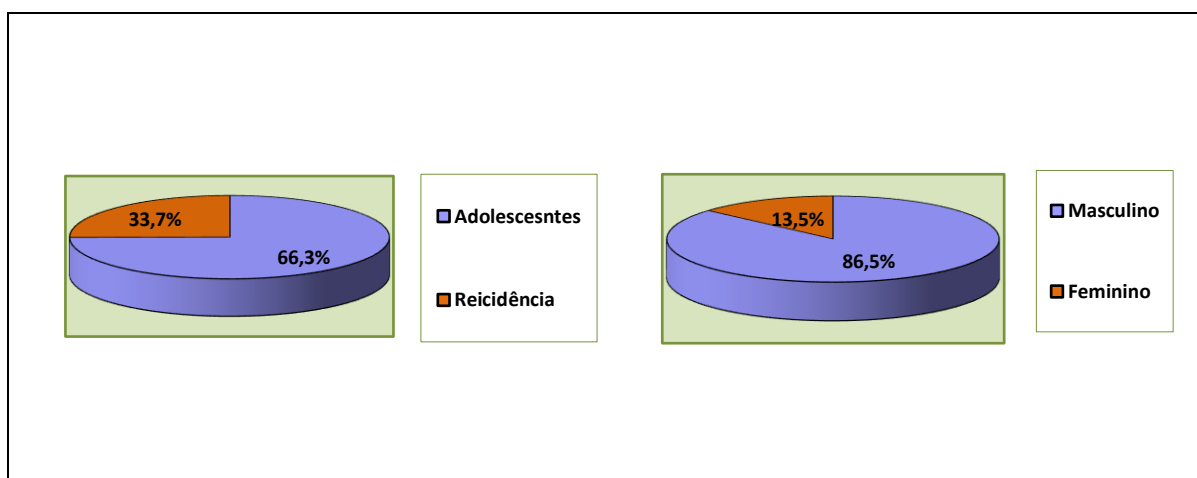
necessárias à sua defesa; Defesa técnica por advogado; Assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei; Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente e; Direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento. (BRASIL, 1990)

A adolescência é uma fase da vida de novas descobertas a respeito do mundo e do que está a nossa volta. Por isso, a importância da família está a todo tempo orientando nossos adolescentes para que os mesmos não se encontrem com os perigos da vida existentes: drogas, influências indesejáveis e que eles possam buscar em si mesmo a essência de ir buscar seus ideais para um futuro próximo promissor.

4.1.3 Reincidência dos adolescentes em conflito com a lei no ano de 2013

A reincidência ocorre quando o adolescente conclui a medida e retorna para cumprir outra, referente a outro ato infracional cometido. Os adolescentes que reincidem após o cumprimento da medida são encaminhados para cumprir a medida de internação e/ou semiliberdade. Outro aspecto é que existem adolescentes que reincidem ao completar 18 anos e então seguem para o sistema prisional.

GRÁFICO 3: Nível de reincidência de adolescentes e o percentual por sexo



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras com os dados coletados nesta pesquisa.

Do total de 110 adolescentes que cumpriram a PSC no ano de 2013 cerca de 33,7%, ou seja, 37 desses adolescentes cometeram outro ato infracional o que resultou na reincidência.

O índice de reincidência é um fato significativo junto ao cumprimento de PSC, o que trás uma indagação sobre a eficácia do caráter pedagógico do SINASE e sua aplicação nesses casos.

Em comparação ao índice de reincidência dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no estado do Paraná, o percentual de realização de atos infracionais caiu de 29% em 2011 para 22% em 2013, e se comparado à média nacional, segundo o Conselho Nacional de Justiça, em 2012, que era de 43%, é possível afirmar que os números registrados no CREAS Viver Legal ainda se mantêm abaixo da média nacional.

O crescente aumento dos índices do envolvimento de adolescentes com a criminalidade justifica-se frente ao acirramento da desigualdade social como da ausência de políticas públicas que atendam às necessidades materiais e simbólicas dos adolescentes como de suas famílias. O que pode condicionar, na ausência de condições objetivas de desenvolvimento e emancipação, o espaço no qual se manifesta o crime em um espaço de socialização. (SOARES, ASSUNÇÃO, 2011, s.p.)

Quanto à reincidência por sexo, vemos no gráfico acima que 86,5% são do sexo masculino, o que corresponde a 32 adolescentes, e 13,5% são do sexo feminino, cerca de 5 adolescentes. Esses dados são confirmados ou reafirmam os dados demonstrados no gráfico anterior referente ao sexo que explicita que os atos infracionais são cometidos em sua maioria por adolescentes do sexo masculino.

4.2 A Fala dos Trabalhadores: avaliação sobre a operacionalização das medidas socioeducativas em Meio aberto

O CREAS Viver Legal tem uma equipe técnica composta por três assistentes sociais, três psicólogos, dois educadores sociais e uma coordenadora, que lida diretamente com os adolescentes encaminhados para cumprimentos das medidas socioeducativas.

A entrevista foi realizada com três profissionais da instituição devido à disponibilidade dos mesmos, sendo entrevistados dois assistentes sociais e uma educadora social e iniciou com os dados sobre o perfil profissional dos entrevistados, quando obtivemos as seguintes informações:

“Sou assistente social e estou aqui a 9 (nove) anos na instituição, e sou a que tem mais tempo na instituição”. (Ana)

“Sou assistente social e atuo nesta instituição ha 3 (três) anos”. (João)

“Sou educadora social nesta instituição acerca de 3 (três) anos e 6 (seis) meses”. (Rita)

Assim é possível observar que os profissionais atuam na instituição desde que era a única entidade responsável pelo cumprimento desse tipo de medidas no município, o que pode ter proporcionado a esses profissionais maior acúmulo de experiência no cumprimento da medida e qual a sua contribuição para os adolescentes que as cumpre e as dificuldades enfrentadas pelos adolescentes e pelos profissionais.

É importante destacar, como afirma Raichelis (2010, p. 760) que “a questão do trabalho e dos trabalhadores no SUAS é um dos grandes desafios a ser enfrentado, especialmente se o objetivo for a implementação de política de assistência social voltada para o atendimento de necessidades sociais e comprometida com a ampliação e a consolidação de direitos das classes subalternas”.

Quando questionados sobre quais os critérios utilizados para a escolha da instituição ou comunidade em que o adolescente irá prestar serviço e se eles estão de acordo com o que preconiza o SINASE, os entrevistados responderam:

“O parâmetro utilizado é o ECA que estabelece que as medidas de PSC devam ser cumpridas próximo a residência do socioeducando, no território da sua moradia, para fortalecer a convivência com a família e a comunidade”. (Ana)

“O adolescente é encaminhado para alguma instituição o mais próximo possível de sua residência, salvo nos casos em que esteja passando por situações de ameaças em sua comunidade”. (João)

“A proximidade da residência do adolescente, é ambiente propício ao desenvolvimento de atividades, e tendo profissionais acolhedores no referido espaço”. (Rita)

Fazendo uma análise destas respostas, percebemos que para os profissionais o cumprimento da medida socioeducativa é essencial que seja o mais próximo possível de sua comunidade, de seu ambiente familiar, e que existam o monitoramento e avaliação sobre o cumprimento da medida pelo adolescente, envolvendo tanto os processos pedagógicos quanto a necessidade dos serviços onde a medida é desenvolvida. Ressaltamos aqui que proporcionar aos adolescentes essa ressocialização em seu ambiente familiar e comunitário fortalece os laços sociais, familiares e comunitários, fazendo com que o mesmo sinta-se acolhido em um ambiente que de início poderia configurar-se como adverso.

Em relação que atividades que os adolescentes desenvolvem nas instituições, os profissionais responderam:

“As atividades necessárias para contribuir com a instituição são atividades administrativas, de apoio à manutenção do espaço, telefonista, porteiro e etc.” (Ana)

“Atividades diversas de acordo com o que a instituição propõe, levando em conta o perfil do adolescente (escolaridade, habilidade com informática, etc.” (João)

“Atividades administrativas como recepção, telefonista e participam das atividades desenvolvidas na instituição”. (Rita)

Constata-se que estas atividades desenvolvidas devem objetivar que o adolescente obtenha conhecimento e aprendizagem de diversas áreas administrativas, assimilando a responsabilidade e compromisso, como aspectos importantes na sua identidade profissional.

Questionamos se a medida socioeducativa Prestação de Serviço à Comunidade apresenta-se como uma estratégia pedagógica dos adolescentes serem reinseridos em seu meio social:

“Deveria ser nas instituições e a comunidade fossem receptivas e aceitassem colaborar com a reinserção desse adolescente”. (Ana)

“Sim, uma vez que o adolescente tem a oportunidade de desenvolver em forma de serviço para a comunidade o ato infracional cometido”. (João)

“Sim, pois eles agem diretamente no espaço da sua comunidade, o que os torna protagonistas de suas vidas e com isso eles conseguem exercer a cidadania”. (Rita)

Desta forma, vemos que nem todos os profissionais consideram que a medida socioeducativa PSC contribui, como preconiza o SINASE, para a reinserção destes adolescentes em sua comunidade, pois lhes é dada uma nova oportunidade de reparar a infração cometida, exercendo assim sua cidadania dignamente, mas que a comunidade e as instituições ainda não oferecem o apoio necessário para que isso ocorra.

Vemos assim que a cultura herdada da doutrina ou paradigma da exclusão, coerção e negação de direitos para o adolescente ainda não foi totalmente rompida, persistindo, na prática, atos condizentes com essa perspectiva e que negam ao adolescente infrator a sua condição cidadã, os seus direitos, no intuito de fazer a reinserção destes adolescentes na sociedade, proporcionando uma nova oportunidade para eles não voltem a ficar em conflito com a lei, fortalecendo os seus vínculos familiares e comunitários.

Quando questionados sobre a maior dificuldade enfrentada pela equipe profissional no trabalho com os adolescentes, responderam:

“Apoio institucional para ofertar ações necessárias para encaminhamento dos socioeducandos, não só para cumprir medidas, mas também para inserção em cursos profissionalizantes e acesso ao mercado de trabalho; Compreensão da sociedade quanto ao processo de cumprimento da medida socioeducativa”. (Ana)

“Parceria com instituições para encaminhar os adolescentes em conflito com a lei uma vez que são os técnicos que vão em busca de parceria, não em determinado da Vara Judicial como é o caso da VEMPA (Penas Alternativas), por exemplo”. (João)

“Encontrar espaços receptivos para os adolescentes ajudar o adolescente a se adaptar ao espaço e com profissionais despreparados para receber esses adolescentes nos espaços”. (Rita)

Vemos que há a necessidade de apoio institucional para que os profissionais consigam os espaços da prestação de serviço, para que as instituições se disponham a servirem como espaço socioeducativo, e também profissionais qualificados que realizem o acompanhamento e monitoramento, para que sejam obtidos bons resultados de reinserção social dos adolescentes e suas famílias e a PSC desempenhe o papel pedagógico preconizado no SINASE.

A afirmação sobre a necessidade do aprofundamento da relação profissional e a integralidade revela que apresenta-se um grande desafio para essa ação no sentido de tornar efetivo o sistema de proteção social que garanta a efetivação dos direitos sociais, que fomente as classes subalternas a exercerem o protagonismo, efetivando direitos a um atendimento integral das políticas sociais. O que acaba se refletindo na execução das medidas socioeducativas e sua real função perante esses adolescentes.

Quando indagados se consideram que as medidas socioeducativas cumprem com os objetivos a que se propõem, os entrevistados assim responderam:

“Não, essa só é possível com o envolvimento da rede, ou seja, de todo o sistema de políticas públicas, fundamental para o atendimento das demandas apresentadas pelas medidas”. (Ana)

“Ainda estamos longe de atingir os objetivos”. (João)

“Alguns sim, mas outros não. Depende dos profissionais envolvidos e a disposição do adolescente”. (Rita)

Entretanto, vemos que para os profissionais esta é uma caminhada longa, para alcançar os objetivos das medidas socioeducativas, pois é necessário o apoio de todos os envolvidos (gestores e também a iniciativa privada comunitária) para atender estas demandas e, principalmente, para executar estes serviços. As medidas socioeducativas têm também como objetivo responsabilizar o adolescente quanto ao ato infracional cometido e viabilizar sua reinserção social, familiar e comunitária.

O que vem ressaltar a necessidade da criação e execução de uma rede de cuidado com os adolescentes e suas famílias, essa rede seria um elo de fortalecimento para execução dos direitos sociais dessa classe.

[...] as redes mostraram-se como uma modalidade de coordenação favorável à construção de parcerias em nível local, estadual e federal, visão com a qual concordamos, posto que não significa o desmonte ou desresponsabilização do Estado, mas sim divisão de responsabilidades entre entes governantes, de recursos e de poder de decisão, de pactuação e de articulação que, se associada às redes intersetoriais de políticas públicas, será capaz de uma intervenção totalizante, rompendo a fragmentação e a setorialidade das políticas sociais. (PEREIRA, TEIXEIRA, 2013, p.5).

Isso trás a tona a indagação sobre a eficácia da PSC e se está sendo operacionalizada de forma correta suprimindo os propósitos a qual foram criadas.

Ao questionarmos sobre qual a avaliação que fazem sobre a operacionalização da Medida Socioeducativa PSC em Aracaju, responderam:

“Não corresponde ao que preconiza a legislação. A grande dificuldade é localizar a instituição que queira receber os adolescentes. Só com muita insistência, ou recorrer às parcerias públicas. As medidas na sua maioria são cumpridas, mas com deficiência, pois falta o envolvimento da sociedade e a colaboração da rede”. (Ana)

“Ainda precisamos avançar muito. Não há parceria com a Vara Judicial e o trabalho em rede é pouco eficaz. Há morosidade no julgamento do ato infracional (já recebemos jovens que já haviam completado a maioridade) e algumas vezes morosidade em realizar o encaminhamento para o cumprimento da PSC porque nem sempre encontramos instituição próxima à residência do adolescente. Ressalta-se que poucas instituições recebem adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Na grande maioria ainda há rejeição por preconceito. Outra dificuldade encontrada é a falta de cursos disponível para esses jovens e quando há a oferta de cursos não atinge o objetivo por conta da escolaridade exigida; a maioria dos adolescentes em cumprimento de medidas cursa ou abandonou a escola no ensino fundamental, que é outra dificuldade encontrada: evasão escolar. Outro ponto que se deve levar em consideração é a participação familiar durante o acompanhamento do CREAS. Quando há essa participação, o cumprimento

é mais eficaz, caso contrário lidamos com grande possibilidade de não adesão do adolescente ao serviço”. (João)

“Bem estruturado, mas falta inovação e criatividade”. (Rita)

Segundo Raichelis (2010, p. 762), a NOB-RH/SUAS prevê a formação de equipes de referência que devem ser constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados por parte dos municípios tipo de atendimento e aquisições e direitos que devem ser garantidos aos usuários.

O não cumprimento dessa norma fragiliza o atendimento e a precarização dos serviços e instituições impossibilita a viabilização dos direitos sociais dessas famílias.

Todavia, das análises feitas no decorrer deste capítulo, podemos constatar que os adolescentes em conflito com a lei têm a necessidade da compreensão de todos para que possam ter uma nova chance, uma oportunidade de se ressocializar, de construir sua própria autonomia e ter sua identidade enquanto cidadão de direitos. Mas por outro lado percebemos a dificuldade vivenciada pelos profissionais no cumprimento de seu exercício profissional geralmente causado pela recusa das instituições e entidades em receber esses adolescentes para prestar os serviços e consequentemente cumprir as medidas. E, que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que as medidas socioeducativas consigam trazer as respostas almejadas para os fins que foram criadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho resultou da problematização sobre a operacionalização da medida socioeducativa Prestação de Serviço à Comunidade em Aracaju/SE no CREAS Viver Legal. No entanto, o objetivo da pesquisa não conseguimos dar conta por falta de acesso, pois foram ouvidos poucos profissionais que atuam nesta instituição e se concedeu as poucas informações passadas através de coleta de dados empíricos sobre a operacionalização dessa medida no Creas Viver Legal.

Conforme visto no primeiro capítulo, a trajetória histórica dos direitos dos adolescentes do Brasil, reconfigurando o surgimento da legislação de proteção à criança e adolescente no período entre a década de 1930 a 1964, caracterizando o surgimento dessa legislação, uma vez que até então a questão dessa proteção, assim como das demais políticas sociais, constituía “problema” de responsabilidade da igreja católica e das instituições filantrópicas, pois o contexto histórico caracterizava-se pelo predomínio do liberalismo econômico e da não intervenção do estado na questão social, que até então era compreendida como questão de polícia.

O segundo capítulo abordou o contexto atual e o processo de construção do paradigma da Proteção Integral, analisando especificamente a construção e os princípios contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, seu surgimento e os avanços referentes aos direitos dos adolescentes. Esse capítulo contextualizou, ainda, a criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE, seu surgimento e seus pontos principais, especificamente aqueles referentes às medidas socioeducativas. Em um segundo momento pontuou sobre as medidas socioeducativas de forma geral, seu surgimento, implantação e avanços, tendo como prioridade específica refletir sobre a medida socioeducativa Prestação de Serviço à Comunidade – PSC e seus objetivos em relação ao adolescente que está em conflito com a lei.

O terceiro capítulo abordou sobre a operacionalização das medidas socioeducativas no CREAS Viver Legal e seus trabalhadores no ano de 2013. Podemos visualizar assim que a instituição faz um trabalho propício para os adolescentes que estão em conflito com a lei ou já estiveram descritos na pesquisa bibliográfica, que aponta nos dados coletados como é constituída a instituição, seu papel, seu processo de trabalho, seus objetivos, avanços. Em um segundo momento a fala dos trabalhadores, seu exercício profissional, suas atribuições, orientações quanto ao trabalho desempenhado envolvendo os adolescentes que estão em

conflito com a lei, se é desempenho mesmo o papel pedagógico previsto no SINASE, através de entrevistas com os mesmos, onde as perguntas foram baseadas em três eixos: Perfil do Entrevistado, Papel Pedagógico das Medidas Socioeducativas e Avaliação.

Entretanto, frente a esta análise dos profissionais, constatamos que os resultados apontam que nossa hipótese de que “o papel pedagógico previsto no SINASE, o que está previsto no ECA”, ainda está longe de ser efetivado, pois os profissionais têm muitas dificuldades e obstáculos que precisam ser alcançados em sua jornada de trabalho, principalmente ter o apoio de outros órgãos como também a disposição do adolescente para cumprir sua prestação de serviço.

Todavia, conclui-se que este estudo foi de fundamental contribuição para a nossa formação profissional como futuras assistentes sociais, para estarmos cientes das diversas áreas que teremos como atuação e com isso sermos profissionais aptos para analisar prováveis demandas que apareçam e, principalmente, esclarecer os adolescentes e familiares sobre os seus direitos que devem ser garantidos e, com o nosso trabalho profissional, viabilizar esses direitos. Também, observamos que o adolescente que cumpre medida socioeducativa em meio aberto passa por algumas construções e obstáculos que são enfrentados juntamente com o profissional, e para que isso seja viabilizado é necessário que os mesmos tenham apoio da Vara Judicial, de entidades, redes familiares e comunitárias, para inserir novamente este adolescente em seu meio social.

Portanto, observamos assim que a operacionalização desta medida apresenta muitas dificuldades, pois existem muitos obstáculos que impedem seu cumprimento, o que não permite que seja correspondido ao que preconiza na legislação, mostrando que ainda tem um longo caminho a ser percorrido, devido a empecilhos como morosidade da justiça para julgar o ato infracional para encaminhar a sentença e o seu cumprimento, a rejeição das entidades em receber esses adolescentes, o que impossibilita encaminhar os mesmos para sua comunidade o que conseqüentemente acaba deixando a sociedade civil fora da responsabilização nesse processo de ressocialização.

Quanto aos objetivos propostos do trabalho não foram atendidos, pois à natureza das instituições onde os adolescentes em conflito com a lei desenvolvem a medida socioeducativa PSC, tem dificuldade quanto a aceitação dos adolescentes encaminhados para prestar esses serviços.

Com relação a apreender o papel pedagógico existente na operacionalização dessa medida, pelas observações realizadas e pelo depoimento dos profissionais, não existe a efetivação de forma pedagógica da PSC, devido ao contexto familiar, da sociedade e do

Estado e a forma como estes adolescentes são tratados de maneira rigorosa e até mesmo violenta, quando deveriam ser tratados de forma que pudessem voltar a seu meio social e reconstruir sua vida enquanto cidadãos de direitos.

Assim, ao identificar a avaliação da equipe profissional sobre a operacionalização da PSC, os mesmos relataram que está sendo um processo de difícil concretização e que para alcançar seu caráter pedagógico, tem que ser rompida às dificuldades enfrentadas no exercício profissional que são inúmeras como a rejeição das instituições parceiras, da própria família dos adolescentes, o que dificulta o trabalho que deveria ser realizado em conjunto.

A princípio a nossa hipótese foi descobrir se a medida prestação de serviço à comunidade tinha sua execução de forma pedagógica e se realmente contribuía com a inserção dos adolescentes seu meio social e no convívio familiar fortalecendo seus vínculos e construindo uma perspectiva de vida melhor. No entanto, esta nossa hipótese não foi confirmada por não existir um trabalho coordenado da família, sociedade, Estado, instituições e profissionais que irão trabalhar de forma sucinta e coerente para a construção de um cidadão com expectativas de vida e um futuro melhor do que a realidade em que vivencia ou já vivenciou.

As dificuldades encontradas para a realização do trabalho partiram desde o início, em decidir a forma de abordagem da temática proposta, os livros, artigos, dissertações, outros TCCs na melhor maneira de se apropriar do tema escolhido para o estudo. De como fazer a análise dos dados da pesquisa, que foi o ponto que mais sentimos dificuldades em buscar autores para fundamentar os dados obtidos, mas principalmente pelo tempo que não foi o suficiente para se dedicar a pesquisa, pois é um quadro bastante comum na sociedade ser um estudante trabalhador acaba sendo mais difícil.

Como também foi difícil se deparar com uma realidade onde apresentava que a PSC não cumpria o que a preconizava pedagogicamente não sendo um ponto positivo para os adolescentes que cumpriam esta medida, dificultando a ressocialização desse indivíduo em seu meio social, família e não indicando ser uma garantia de direitos. Enfim, que estas dificuldades vivenciadas por nós, neste estudo realizado, um dia sejam inspiração para que os jovens criem pensamentos e ações diferentes de um futuro promissor.

REFERÊNCIAS

ABOIM, Sofia. **Do público e do privado: uma perspectiva de género sobre uma dicotomia moderna**. Universidade de Lisboa, 2012.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100006>.

Acesso em 14/11/2016.

ABREU, M. M., CARDOSO, F. G..**Mobilização Social e Práticas Educativas**.

Disponível em: www.ambito-juridico.com.br Acesso em 08/01/2015.

AQUINO, Leonardo Gomes de. **Criança e adolescente: o ato infracional e as medidas socioeducativas**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 99, abr 2012. Disponível em:. Acesso em ago 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: Acesso: 02 de fevereiro de 2015.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo –SINASE**. In: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília-DF, CONANDA, junho, 2006. Disponível em:. Acesso em 18 de outubro de 2014.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Construindo a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2011 – 2020**. In: Presidência da República, outubro de 2010. Disponível em:. Acesso em 23 de novembro de 2014.

_____. Orientações para implementação das medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. In: **Centros de Defesas dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDEDICAs)**, Santo Ângelo e Santa Maria, 2009. Disponível em: <http://cededica.org.br/z_novosite/downloads/manual_cededica.pdf>. Acesso em 23 de novembro de 2014.

_____.Ministério da Justiça. SENASP. **Direitos humanos e direitos das crianças e adolescentes**. Disponível em:. Acesso em: 17/02/2015.

BRASIL. **Presidência da República**.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8242.htm>. Acesso em 03 de setembro de 2015.

_____. **Presidência da República**.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8242.htm>. Acesso em 03 de setembro de 2015.

_____. **Presidência da República.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

CELLA, S. M.; CAMARGO, D. M. P. **Trabalho Pedagógico com Adolescentes em conflito com a lei:** feições da exclusão/inclusão. Disponível em:. Acesso em 11/01/2015.

CONCEIÇÃO, Débora Guimarães. O Serviço Social e a pratica pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social. In: **Revista Serviço Social.** Londrina, v. 12, n. 542, p. 51-67, jan./jun. 2010. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7542/6830>. Acesso em 08/01/2015.

CUSTÓDIO, André Viana. **Teoria da Proteção Integral:** pressuposto para Compreensão do direito da criança e do adolescente. 2008.

Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/viewFile/657/454>. Acesso em: 17/02/2015.

FACULDADE INTEGRADA DAS CATARATAS. **Manual de Metodologia Científica – Normas Abnt.**Foz do Iguaçu, 2012. Disponível em:

<http://www.udc.edu.br/fgv/graduacao/monjolo-administracao/MANUAL%20DE%20METODOLOGIA%20CIENTIFICA%20UDC%20MONJOLO.pdf>. Acesso em 03/02/2015.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Políticas para a Infância e Adolescência e Desenvolvimento.** In: IPEA, 11 de agosto de 2005.Disponível em:. Acesso em: 23 de novembro de 2014.

FRANCO, Itamar. JÚNIOR, Jutahy Magalhães. **Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília, 1998.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/lei-organica-de-assistencia-social-loas-anotada-2009/Lei%20Organica%20de%20Assistencia%20Social%20-%20LOAS%20Anotada%202009.pdf/download>>. Acesso em 20 de novembro de 2015

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção.In: **Concepções da infância e da adolescência.** Rio de Janeiro, abril de 2007.

Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/html/v7n1a13.htm>. Acesso em 23 de novembro de 2014.

GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Romeu. A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, M. C de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

LORENZI, Gisella Werneck. Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. In: **Promenino, Fundação Telefônica, 2008**. Disponível em: <http://www.promenino.org.br/noticias/arquivo/uma-breve-historia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil>. Acesso em: 23 de novembro de 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. –São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Maria da Conceição Rodrigues. **As Medidas Sócio-Educativas do ECA: Conquista Ideal ou Paliativo Real?**

Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/11-_as_medidas_socio-educativas_do_eca-_maria_conceicao.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

MATEUS, B. N.; NASCIMENTO, C. P.; SILVA, E. B. **Família e o ato infracional: o perfil das famílias dos adolescentes em conflito com a lei assistidos pelo Projeto Viver Legal**. UFS, São Cristóvão, 2008.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

MIYAGUI, C. O adolescente e a medida socioeducativa de Prestação de Serviço a Comunidade. In: **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. São Paulo, 2008. Disponível em: Acesso em 23 de novembro de 2014.

PAIVA, L. J. **A construção histórica da adolescência e a sua abordagem jurídica no Brasil**.

Disponível em: <http://www.faceca.br/revista/index.php/revisdireito/article/viewFile/158/77>. Acesso em 13/01/15.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - PNAS/2004. **Norma Operacional Básica- NOB/SUAS. Brasília, 2005**.

Disponível em:

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mds.gov.br%2Ffnas%2Fpolitica-e-nobs%2Fpnas-2004-e-nobsuas_08-08-2011.pdf%2Fdownload&ei=PkNuVb7DGOG1sATd_4HIBA&usg=AFQjCNESwYwalU1bHG6DCspqygqt1Nocig&bvm=bv.94911696,d.cWc>. Acesso em 20 de novembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL ARACAJU. **Unidades de Atendimento da Assistência Social**. Disponível em:

<http://www.aracaju.se.gov.br/familia_e_da_assistencia_social/?act=fixo&materia=unidades_de_atendimento_da_assistencia_social>. Acesso em 06 de fevereiro de 2016.

<<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v8n1/03.pdf>> Acesso em 22/08/2016. FUNABEM

<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/medidassocioeducativas_joanadarc.pdf>

Acesso em: 22/08/2016. FEBEM

<http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12051>

Acesso em 22/08/2016. Doutrina Irregular

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no suas**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, 2010.

República, da Presidência. **LEI Nº 12.010, DE 3 DE AGOSTO DE 2009**. Disponível em:

<>. Acesso em 12 de novembro de 2014.

SANTOS, C.G. et all. **Adolescentes em conflito com a Lei: A aplicabilidade de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço a Comunidade no Município de Aracaju**. UFS, São Cristóvão, 2007.

SARAIVA, João Batista; JÚNIOR, Rolf Koerner; VOLPI, Mário. **Adolescentes privados de liberdade: A normativa Nacional e Internacional e Reflexões acerca da responsabilidade penal**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, João Roberto de Souza; ASSIS, Silvana Maria Blascovi de. **Grupo Focal e Análise de Conteúdo Como Estratégia Metodológica Clínica-Qualitativa em Pesquisas nos Distúrbios do Desenvolvimento**. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

Disponível em:

[www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Pos-](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Pos-Graduacao/Docs/Cadernos/caderno10/62118_16.pdf)

[Graduacao/Docs/Cadernos/caderno10/62118_16.pdf](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Pos-Graduacao/Docs/Cadernos/caderno10/62118_16.pdf). Acesso em: 20/02/2015.

_____, Andressa Hennig; FOSSÁ Maria Ivete Trevisan. **Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos**. Brasília/DF, 2013. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ129.pdf. Acesso em: 20/02/2015.

SOARES, F. L., ASSUNÇÃO, T. M. R. de S. R. **A Violência no Contexto do Adolescente Autor de Ato Infracional e Sua Análise Sob a Perspectiva de Gênero**. *Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. Universidade Estadual de Londrina. Paraná. 2011.

_____, Alexandre. **Do paradigma do menor em conflito com a lei ao paradigma da proteção integral**. Universidade Federal da Paraíba – UFPB- Curitiba, 2012. Disponível em: <http://andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt01-04.pdf>. Acesso em: 17/02/2015.

SOUSA, Thais Alves. **Penas alternativas frente ao objetivo de ressocialização**. Thais Alves Sousa. UFS. São Cristóvão, 2006.

VASCONCELOS, Terezinha Pereira. Medidas sócioeducativas para o adolescente infrator (educar para não encarcerar). In: **Âmbito Jurídico, Campina Grande**, fevereiro de 2013.

Disponível em: http://www.iunib.com/revista_juridica/2013/02/22/medidas-socio-educativas-para-o-adolescente-infrator-educar-para-nao-encarcerar/. Acesso em agosto 2014.

VOLPI, Mário (Org.). **O adolescente e o ato infracional**. 9.Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O adolescente e o ato infracional**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

APÊNDICE

Apêndice I



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cecília Tavares Leite
ORIENTANDAS: Ádria Rodrigues da Paixão
Glaydy Kelly dos Santos

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I-PERFIL DO ENTREVISTADO:

Quanto tempo atua na instituição?

Profissão?

II - PAPEL PEDAGÓGICO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS:

Quais os critérios utilizados para a escolha da instituição ou comunidade em que o adolescente irá prestar serviço? Eles estão de acordo com o que preconiza o SINASE?

Que atividades eles desenvolvem nas instituições?

A medida socioeducativa Prestação de Serviço a Comunidade em sua percepção enquanto profissional é uma maneira dos adolescentes serem reinseridos em seu meio social?

Qual a maior dificuldade enfrentada pela equipe profissional?

Considera que as medidas socioeducativas cumprem com os objetivos que propõe?

Em algum momento houve por parte dos adolescentes algum tipo de restrição ao local destinado à prestação do serviço?

III - AVALIAÇÃO

Qual a avaliação que você faz sobre a operacionalização das Medidas Socioeducativas PSC em Aracaju?

Apêndice II



**Universidade Federal de Sergipe
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Serviço Social**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada: “Medida Socioeducativa “Prestação de Serviço a Comunidade”: CREAS Viver Legal em Aracaju/SE”, que será desenvolvida por **Ádria Rodrigues da Paixão** e **Glaydy Kelly dos Santos**, ambas alunas do curso de Serviço Social. A pesquisa será orientada pela professora da Universidade Federal de Sergipe, Dr^a. Maria Cecília Tavares Leite. A pesquisa tem por objetivo problematizar o perfil dos técnicos que atuam na instituição e a Medida Socioeducativa Prestação de Serviço a Comunidade desenvolvida pelos adolescentes que estão inseridos nesta instituição. O estudo será desenvolvido através da aplicação de entrevista, com os técnicos do CREAS Viver Legal de Aracaju e tem como objetivos: Caracterizar a natureza e objetivos das instituições, nas quais os adolescentes que desenvolvem a Medida Socioeducativa Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) em Aracaju; Aprender o papel pedagógico existente na operacionalização da medida socioeducativa Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) em Aracaju; e Identificar a avaliação da equipe profissional sobre a operacionalização da Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade em Aracaju. Destacamos que o estudo proposto contempla todos os requisitos éticos previstos na legislação atual e enfatizamos o nosso interesse em disponibilizar para você os dados gerados, bem como, os resultados finais do estudo. A pesquisa se faz relevante por permitir explorar um tema de grande importância para a reinserção dos adolescentes em conflito com a lei do CREAS Viver Legal, tendo em vista a necessidade de estudos que garantam o acesso e o esclarecimento desta medida. Nós garantimos o sigilo absoluto da sua identidade, no entanto, solicitamos seu consentimento para que os dados obtidos nesta pesquisa sejam divulgados e apresentados em congressos ou publicados posteriormente. Em nenhum dos casos haverá a identificação dos participantes. Ressaltamos que não há riscos, prejuízos ou desconforto que possam ser provocados pela pesquisa. Esclarecemos que você é livre para interromper a sua participação a qualquer momento, sem justificar sua decisão. Seu nome não será divulgado, você não terá despesas e

não receberá dinheiro por participar do estudo. Qualquer esclarecimento ou dúvida estará a sua disposição.

- Ádria Rodrigues da Paixão, tel: (79) 9914- 7777;
- Glady Kelly dos Santos, tel: (79) 9824-5522;
- Maria Cecília Tavares Leite, Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, tel: (79) 2105-6778 (UFS) e (79) 9991-3706.

Após estes esclarecimentos, eu _____

_____, concordo em participar do estudo “Medida Socioeducativa “Prestação de Serviço a Comunidade”: CREAS Viver Legal em Aracaju/SE”, que será desenvolvido por **Ádria Rodrigues da Paixão e Glady Kelly dos Santos** ambas as alunas do curso de Serviço Social e orientada pela professora da Universidade Federal de Sergipe, Dr^a. Maria Cecília Tavares Leite. Fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro ainda consentir com a divulgação, apresentação e publicação dos dados que serão resultantes deste estudo, sem identificação nominal de nenhum participante.

Aracaju, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Participante